

DOLEIRO ADMITE OPERAÇÃO COM O PT EM 2002

Toninho da Barcelona diz a três CPIs que comprou dólares de membros do partido, num total de R\$ 7 milhões

No início de seu depoimento, o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, negou ter prestado qualquer tipo de serviço direto a dirigentes do PT ou de outros partidos políticos. Mas, depois, revelou ter comprado o equivalente a R\$ 7 milhões em dólares de membros do partido. O fato, contado às CPIs dos Bingos, do Mensalão e dos Correios, teria ocorrido na campanha eleitoral de 2002. Na CPI dos Correios, o presidente do banco BMG, Ricardo Guimarães, confirmou ter participado, em 2003, de reunião agendada pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza com o então ministro da Casa Civil, José Dirceu. Na CPI do Mensalão, João Cláudio Genu, ex-assessor do PP, reconheceu três saques, no total de R\$ 700 mil, de contas de empresas de Marcos Valério.

Páginas 4 e 5

Protegido por *habeas corpus*, Daniel Dantas depõe hoje

O Supremo Tribunal Federal, por meio de decisão tomada pelo ministro Gilmar Mendes, concedeu *habeas corpus* ao presidente do grupo Opportunity, Daniel Dantas, que presta depoimento hoje na CPI dos Correios. Com isso,

Dantas obteve o direito de não responder na comissão a perguntas que possam incriminá-lo judicialmente. O benefício já havia sido concedido a outros depoentes, como o ex-tesouro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério.

Brasil vai doar 12 aviões à Bolívia e ao Paraguai

Depois de muita controvérsia, o Senado aprovou projeto de lei que autoriza o Executivo a doar 12 aeronaves T-25 às forças aéreas da Bolívia e do Paraguai. Diversos parlamentares questionaram a

situação de sucateamento da Força Aérea Brasileira. A oposição acusou o governo de adotar política externa equivocada, que teria levado o país a "inúmeras derrotas em fóruns internacionais".

Página 3



J. Freitas



Jane Araújo

ATIVIDADES Na foto ao alto, o doleiro Toninho da Barcelona (E) chega para depor na CPI dos Bingos, presidida por Efraim Morais. Na foto ao lado, o presidente do BMG, Ricardo Guimarães (C), fala à CPI dos Correios. Abaixo, João Cláudio Genu, ex-assessor do PP, depõe na CPI do Mensalão, presidida por Amir Lando



José Cruz



MUDANÇA Depois de tantos anos, avalia Paulo Paim, ainda persiste a luta por um novo pacto federativo

Paim lembra 170 anos da Revolução Farroupilha

O senador Paulo Paim (PT-RS) registrou ontem a passagem dos 170 anos da Revolução Farroupilha, também chamada de Guerra dos Farrapos, movimento que eclodiu no Rio Grande do Sul e se estendeu de 1835 a 1845.

Naquele tempo, lembrou o parlamentar, a província de São Pedro do Rio Grande sofria com a decadência da agricultura e da pecuária, tendo de competir com Montevideú (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina) pelo controle do charque e enfrentar uma legislação comercial discriminatória.

Paim comentou que as raízes socioeconômicas da guerra estavam na política de arrecadação do governo central, que não redistribuía as receitas e inviabilizava a construção de infra-estrutura adequada à província.

– Passados todos esses anos, persiste a luta por um novo pacto federativo, de modo a tornar a Federação mais forte e eficiente, dotar estados e municípios de maior autonomia, estimular a descentralização e a responsabilidade na aplicação de recursos públicos – disse o senador.

Agenda

Plenário analisa proposta que altera Código de Processo Civil

Entre os projetos em pauta na sessão de hoje, com início marcado para as 14h, está o que modifica o Código de Processo Civil no que se refere ao agravo, mecanismo judicial utilizado pela defesa para recorrer de uma decisão



durante o trâmite da ação (PLC 72/05). A proposta é parte de um pacote enviado ao Congresso Nacional, no fim do ano passado, por iniciativa do Ministério da Justiça e integra a mudança infraconstitucional da reforma do Judiciário.

Novo modelo de florestas públicas em pauta

Às 9h30, as comissões de Meio Ambiente, Direitos do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Assuntos Econômicos (CAE) têm reunião marcada para analisar o projeto que define um modelo para a gestão

das florestas públicas (PLC 62/05). A proposta reserva áreas para a exploração econômica pelas empresas e, de acordo com os defensores do projeto, pretende acabar com a exploração ilegal de madeira.



Ex-deputado do PL fala à CPI dos Bingos

A CPI dos Bingos ouve, às 11h, o ex-deputado Carlos Rodrigues (RJ) – foto –, que foi acusado na semana passada por Cidinha Campos de cobrar propina de membros da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Carlos Rodrigues é também

um dos citados no relatório parcial das CPIs do Mensalão e dos Correios, que o aponta como beneficiário do esquema conhecido como "valerioduto". Ainda hoje, a CPI toma depoimento de Jorge Luiz Dias, servidor da Alerj.

Correios e Mensalão ouvem Daniel Dantas

As CPIs dos Correios e do Mensalão têm reunião conjunta, às 10h, para tomar depoimento do controlador do Banco Opportunity, Daniel Dantas. As denúncias contra o banqueiro apontam que ele

usou Marcos Valério para defender seus interesses no controle da Brasil Telecom junto ao governo. Empresas de telefonia ligadas a Dantas depositaram cerca de R\$ 150 milhões nas contas de Valério.

Rádio lança especial sobre Coluna Prestes

Às 18h30, a Rádio Senado lança a série "Um Sonho em Marcha - 80 anos da Coluna Prestes", na Biblioteca do Senado. São cinco programas sobre o movimento liderado por Luiz Carlos Prestes, que percorreu 25 mil quilômetros, por 13 estados brasileiros, entre 27 de dezembro de 1924 e 3 de fevereiro de 1927. Os programas estarão disponíveis em CD e na página www.senado.gov.br/radio.



Preconceito contra Aids

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) discute, às 9h30, projeto que define os crimes resultantes de discriminação ao portador do vírus HIV ou ao doente de Aids (PLS 51/03). Ainda na pauta da comissão está a proposta que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para consumo imediato nos postos de gasolina (PLS 158/05).

Compra de softwares

Às 9h, no Interlegis, será realizado o "Workshop de Aquisição de Software e Serviços Correlatos". O evento vai discutir os processos de aquisição dos serviços, que envolvem grandes cifras, além de tratar das iniciativas já empregadas no país. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) participa da abertura do *workshop*.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



APELO Tebet pede agilidade na implantação de uma política de saneamento básico no país

Tebet destaca congresso sobre saneamento

Ramez Tebet (PMDB-MS) comemorou, em Plenário, a realização do 23º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental e da 6ª Feira Internacional de Tecnologia em Saneamento e Meio Ambiente, em Campo Grande. O senador salientou que estão participando da feira 150 expositores de vários países, como Itália, México, Espanha e África do Sul.

Tebet fez um apelo aos senadores para que agilizem a aprovação do projeto de lei que estabelece uma política de saneamento básico no Brasil, em discussão há 20 anos.



INICIATIVA Convênio entre associação e a ONU vai integrar Justiça no Mercosul, informa Pavan

Leonel Pavan elogia atuação da Ajufe

Leonel Pavan (PSDB-SC) homenageou a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) pelos seus 33 anos. Falando em nome do PSDB, o senador destacou as atividades da entidade em prol do aperfeiçoamento da democracia no país.

Pavan adiantou que a Ajufe vai assinar convênio com a Organização das Nações Unidas (ONU) para facilitar a integração dos Judiciários dos países que integram o Mercosul. Apartearam e elogiaram o pronunciamento de Pavan os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Romeu Tuma (PFL-SP).

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Mikhail Lopes
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 3311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333
Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



ADESÃO Tourinho comunica recebimento de e-mails e cartas de apoio a projeto de sua autoria

Tourinho inclui os taxistas na dispensa de curso

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) leu ontem, em Plenário, trechos de e-mails e cartas que recebeu nos últimos dias em apoio à sua proposta que dispensa bons motoristas da exigência do curso de direção defensiva e de primeiros socorros na renovação da carteira de habilitação.

– Meu projeto isenta da obrigação de fazer o curso aqueles motoristas que nunca tiveram sua carteira cassada ou cujo direito de dirigir nunca tenha sido suspenso. E já estou acrescentando emenda que também isenta os taxistas de fazer o curso.



PAUTA Segundo José Maranhão, categoria quer recursos para plano de carreira, entre outras medidas

Maranhão apóia pleito de servidor das universidades

José Maranhão (PMDB-PB) considerou justa a greve dos servidores das universidades federais e fez um apelo ao Executivo para que ouça as suas reivindicações.

De acordo com o senador, a categoria quer que o governo garanta recursos orçamentários em 2006 para a implantação da segunda etapa do plano de carreira e a racionalização dos cargos, além do atendimento de pauta protocolada junto ao Ministério da Educação no tocante a auxílio-saúde, vale-alimentação e parcelamento das férias.

Brasil deve doar aviões à Bolívia e ao Paraguai

■ Projeto que autoriza a doação de 12 aeronaves T-25 foi aprovado ontem pelo Plenário e vai a sanção

Depois de muita controvérsia, o Plenário aprovou o projeto que autoriza o Executivo a doar 12 aeronaves T-25 às forças aéreas da Bolívia e do Paraguai. Na discussão da proposta, diversos parlamentares questionaram a situação de sucateamento da Força Aérea Brasileira (FAB). Para a oposição, o governo Luiz Inácio Lula da Silva adota uma política externa equivocada, que teria levado o país a inúmeras derrotas em fóruns internacionais. A matéria segue agora para sanção presidencial.

Na exposição de motivos anexada ao projeto (PLC 74/05), o ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, argumenta que a FAB possui aeronaves mais modernas e

econômicas; a estocagem das T-25 geraria custos adicionais; e a iniciativa reforçaria as relações entre o Brasil e aqueles países.

Ao discutir a matéria, Ramez Tebet (PMDB-MS) se disse favorável à doação, mas afirmou que o país não pode conceder empréstimos a outras nações enquanto municípios e estados precisarem de recursos. Arthur Virgílio (PSDB-AM) também votou a favor da matéria, mas criticou o contingenciamento de recursos para a Amazônia enquanto o Brasil faz investimentos em outros países.

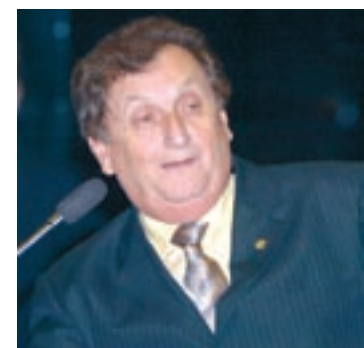
Autor do parecer favorável ao projeto, Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou a importância da colaboração dos países vizinhos no combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas. Edison Lobão (PFL-MA) também se mostrou favorável à matéria e afirmou que as aeronaves podem auxiliar no patrulhamento da fronteira e no combate ao tráfico de drogas.

Embora tenha votado a favor,

Wellington Salgado (PMDB-MG) culpou o governo pelo sucateamento das Forças Armadas. Já Flexa Ribeiro (PSDB-PA), também favorável, sugeriu a criação de subcomissão para analisar a situação das três Forças (Exército, Marinha e Aeronáutica).

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o país tem “vocação solidária”, precisa fortalecer o Mercosul e as T-25 foram substituídas por aeronaves mais eficientes. José Maranhão (PMDB-PB), por sua vez, considerou impróprio o uso desse tipo de aeronave no combate ao narcotráfico, defendendo a doação das mesmas a escolas de formação de pilotos civis.

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), Mão Santa (PMDB-PI) e César Borges (PFL-BA) manifestaram posição contrária ao projeto. Já Heráclito Fortes (PFL-PI) teve pedido de adiamento de votação negado pelo fato de a matéria tramitar em regime de urgência.



CENSURA Segundo Mão Santa, presidente Lula dá mau exemplo ao dizer que não gosta de ler

Mão Santa pede implantação de mais bibliotecas

Ao lamentar a queda na venda de livros no Brasil, Mão Santa (PMDB-PI) disse que os parlamentares devem exigir do governo a construção de bibliotecas e a utilização da informática para melhorar os índices de leitura da população.

De acordo com reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, as vendas registradas pelo mercado editorial em 2004 teriam remontado às de 1991. Mão Santa apontou “o mau exemplo” dado pelo presidente Lula, que teria admitido, em discursos recentes, não gostar de ler “porque ler é chato”.

Criado Grupo Parlamentar Paraguai-Brasil

Projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que institui o Grupo Parlamentar Paraguai-Brasil, com a finalidade de incentivar as relações bilaterais entre seus poderes legislativos, foi aprovado ontem pelo Plenário. A matéria, que havia recebido parecer favorável do relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), e do relator *ad hoc* Flexa Ribeiro (PSDB-PA) na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), segue para promulgação.

Na justificativa do projeto, Renan Calheiros lembra que Brasil e Paraguai estão empenhados em diversas iniciativas de interesse comum e destaca iniciativa similar aprovada pela Casa parlamentar paraguaia, criando a Comissão Parlamentar de Amizade Paraguaio-Brasileira.

O parlamentar observa ainda que circula pelo Brasil a maior parte do comércio exterior paraguaio com terceiros mercados, por meio dos entrepostos de depósito franco nos portos de Santos e Paranaguá.

Regularização de municípios criados até 2000

O Plenário cumpriu a segunda sessão de discussão em segundo turno da proposta que prevê uma exceção na aplicação de exigências constitucionais, regularizando a situação de municípios criados por lei estadual até 2000.

O primeiro turno de votação aprovou a proposta (PEC 12/04), cujo primeiro signatário é o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), nos termos do substitutivo do relator na Comissão de Justiça, Rodolpho Tourinho (PFL-BA).

A proposta segue para a terceira sessão de discussão, na qual será votada.

Também foi realizada ontem a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta (PEC 87/03) que trata da carreira de servidores do ex-território de Rondônia. De autoria de Fátima Cleide (PT-RO), a matéria é relatada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Empréstimos para programas de inclusão social

Seguem para promulgação dois projetos aprovados ontem pelo Plenário, autorizando contratação de crédito externo. O primeiro possibilitará ao Ceará contratar empréstimo de US\$ 149,75 milhões para financiar programas de inclusão social. Com garantia da União, os recursos serão concedidos pelo Banco Mundial (Bird) e vão atender ações nas áreas de saúde, educação básica e fundamental, saneamento urbano e biodiversidade.

Rodolpho Tourinho (PFL-BA), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), confirmou o enquadramento do estado nos requisitos necessários para a contratação do empréstimo.

O segundo projeto aprovado autorizou o Executivo a contrair empréstimo de US\$ 1 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiamento parcial do Programa de Apoio ao Sistema de Proteção Social. A matéria obteve parecer favorável do relator na CAE, Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



PROPAGANDA Eduardo acusa Marcelo Miranda de utilizar recursos públicos para se promover

Eduardo critica o governador do Tocantins

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) criticou ontem o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, acusando-o de utilizar recursos públicos e eventos institucionais para promover seu próprio nome.

O senador afirmou que o projeto Governo Itinerante tira proveito da falta de recursos nos hospitais e postos de saúde para promover o governador. Segundo Eduardo, o governador Marcelo Miranda “quer repressar todas essas demandas para aparecer nos municípios oferecendo corte de cabelo e atendimento médico”.



Ricardo Guimarães confirma que se encontrou com dirigentes do PT por ocasião de empréstimo ao partido; sub-relator acredita que esquema de Marcos Valério supera R\$ 55 milhões; fatos desmentem ex-assessor do PP; Antonio Carlos pede reação do Congresso

Presidente do BMG teve encontro com petistas

O presidente do banco BMG, Ricardo Guimarães, confirmou ontem ter participado de reunião com o ex-ministro da Casa Civil, deputado José Dirceu; o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares; e o ex-presidente do partido José Genoíno, em 20 de fevereiro de 2003, por ocasião dos empréstimos que o banco fez ao PT e à empresa de publicidade SMP&B. Guimarães informou, em reunião da Sub-Relatoria de Contratos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios, que o encontro na Casa Civil teria sido agendado pelo empresário Marcos Valério.

Ricardo Guimarães disse que o objetivo da reunião era convidar o ministro para a inauguração de uma fábrica da sua família. O banqueiro não soube explicar ao senador Jefferson Péres (PDT-AM) por que motivo a reunião foi agendada por

Marcos Valério, se o empresário não fazia parte do governo nem era filiado ao PT.

O sub-relator de Contratos, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), e o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) questionaram os empréstimos concedidos pelo BMG ao PT e ao empresário Marcos Valério. Ricardo Guimarães salientou

que, em 17 fevereiro de 2003, foi feito um empréstimo de R\$ 2,4 milhões ao PT, solicitado por Delúbio Soares. As garantias foram os avais de Marcos Valério, Genoíno e Delúbio.

O presidente do BMG negou ter sido privilegiado pelo governo na concessão de crédito consignado para pensionistas do INSS.



MEMÓRIA Ricardo Guimarães (à esquerda, com o deputado Gustavo Fruet) não explicou por que encontro com líderes do PT foi agendado por Marcos Valério

Sub-relator aponta lavagem de dinheiro

Ao contrário do que afirmou o empresário Marcos Valério, grande parte do dinheiro movimentado por suas empresas não teria vindo de empréstimos contraídos junto aos bancos Rural e BMG. A hipótese foi levantada ontem pelo sub-relator de Contratos da CPI dos Correios, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

O parlamentar disse que essas instituições negaram ter emprestado dinheiro a Valério e repassado ao PT. Além disso, Fruet observou que o dinheiro que seria distribuído a pessoas indicadas pelo ex-tesoureiro petista Delúbio

Soares “passeia” da entrada na conta bancária até a chegada ao destinatário final.

– Há uma pulverização. Não há uma relação direta entre o dinheiro que entra numa das contas de Valério e o que sai de lá no final. Isso é típico de quem faz lavagem, para evitar deixar rastros – frisou.

O sub-relator chamou atenção ainda para o custo desse tipo de operação. E admitiu ser necessário analisar se houve algum modo de compensação aos bancos nos empréstimos concedidos a Marcos Valério.

Fruet lembrou que muitos recursos foram pagos a Delúbio

antes do primeiro empréstimo declarado, que teria sido contratado em 24 de fevereiro de 2003. De 7 de janeiro a 24 de fevereiro, Delúbio já teria recebido R\$ 1,7 milhão do empresário. O deputado comentou também que, ao longo de 2003, Valério emitiu 537 cheques para o ex-tesoureiro petista, com recursos oriundos de diversas contas.

Diante dessas evidências, o sub-relator acredita que o dinheiro movimentado nesse esquema é superior aos R\$ 55 milhões em empréstimos declarados por Marcos Valério e Delúbio Soares.



CONTRADIÇÃO Ao lado de Amir Lando e Abi-Ackel, presidente e relator da CPI do Mensalão, João Carlos Genu (D) admite ter feito três retiradas

Assessor do PP fica confuso diante de recibos de saques

Ao depor ontem na CPI do Mensalão, o ex-assessor do PP João Cláudio Genu ficou confuso ao ser confrontado com mais dois recibos de saques de R\$ 200 mil cada um, apresentados pela funcionária da SMP&B Simone Vasconcellos, dinheiro que teria sido sacado por ele.

O ex-assessor admitiu que, em 17 e 21 setembro de 2003 e no dia 14 de janeiro de 2004, foi à sede do Banco Rural, em Brasília, para receber pacotes lacrados contendo dinheiro vivo. Nas duas primeiras vezes,

assinou recibos de R\$ 300 mil cada um e, na última, recibo de R\$ 100 mil.

Segundo o senador José Jorge (PFL-PE), a quebra de sigilo das empresas de Marcos Valério revelou que Genu recebeu, em 13 de janeiro de 2004, R\$ 200 mil, voltando a retirar mais R\$ 200 mil em 20 de janeiro de 2004. Ele negou ter feito saques que totalizam R\$ 4,1 milhões em contas de empresas de Marcos Valério. Limitou-se a reconhecer a retirada de R\$ 700 mil, em três parcelas.

Alvaro pede ao TSE suspensão do Fundo Partidário ao PT

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem, por meio de advogados da Executiva Nacional do PSDB, representação ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a suspensão do repasse de recursos do Fundo Partidário ao PT. O senador disse à Agência Senado que o suposto pagamento de passagens aéreas de parentes dos integrantes do partido configura desvio de finalidade.

– Cabe ao TSE convocar a Procuradoria Eleitoral para

investigar e, a partir daí, julgar e definir penalidades, como a suspensão do repasse.

Nas últimas semanas, denúncias mostraram que o PT teria usado recursos do fundo para pagar viagens dos filhos do presidente Lula – juntamente com as respectivas namoradas –, do marido da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, da mulher do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, além da mulher e filhos do ex-presidente do PT José Genoíno.

ACM conclama Congresso a reagir a irregularidades de Lula

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) conclamou o Congresso Nacional a uma reação contra as irregularidades cometidas pelo governo Lula e pelo seu partido, o PT.

O senador disse que, como se não bastasse o PT ter feito

empréstimos ao presidente Lula, na época presidente do partido, com recursos originários do Fundo Partidário, agora o partido “está bancando jatinhos para petistas”. Ele citou a denúncia segundo a qual a ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy e seu marido,

Luiz Favre, viajaram a Paris com passagens aéreas pagas pelo PT, frisando que “a lei é clara” e que o Fundo Partidário jamais poderia ser usado para o pagamento de passagens.

Antonio Carlos afirmou que o presidente e seu partido desconhecem o respeito à

coisa pública, acrescentando que, por isso, “Lula não tem prestígio moral para dirigir a nação”.

O senador lembrou que faz cobranças todos os dias do Plenário e manifestou sua estranheza com o silêncio da bancada governista.



DESVIO Segundo Antonio Carlos, Fundo Partidário “está bancando jatinhos” para petistas



Sem apresentar provas, Toninho da Barcelona faz acusações a integrantes do PT; Ideli Salvatti apresenta documento que desmente afirmações do doleiro; Ana Júlia contesta matéria de revista; José Jorge e Arthur Virgílio criticam nota do PT

Virgílio diz que PT quer "venezuelização"

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) criticou nota divulgada ontem pelo Partido dos Trabalhadores, dizendo que, se depender dos petistas, o país viverá uma "venezuelização", referindo-se à disputa, na Venezuela, entre partidários do presidente Hugo Chávez e seus opositores. Segundo o parlamentar, a nota prevê uma polarização da sociedade entre os que estão a favor do presidente Lula e do PT e os que estariam querendo destruir o governo e o partido. Para Arthur



Roosevelt Pinheiro

CRÍTICA Para Virgílio, a nota prevê polarização entre o que estão a favor e os que estão contra o governo

Virgílio, essa é uma concepção "delirante".

Pelo documento, conforme Virgílio, o "PT subiu de tom". O conteúdo, para ele, rompe com qualquer forma de diálogo democrático com quem não pertence ao partido ou não está sob sua influência.

Para José Jorge, estratégia é evitar punições

O senador José Jorge (PFL-PE) também criticou ontem a nota do Partido dos Trabalhadores culpando a oposição e a imprensa pela crise. De acordo com ele, o PT, ao enxergar um "festival denunciante" na tentativa de criminalizá-lo, acusa a oposição e a mídia, uma vez que nada fez para punir seus dirigentes, que, "confessadamente, cometeram atos criminosos".

– A estratégia é evitar a pu-



Célio Azevedo

APATIA José Jorge destaca que partido nada fez para punir "atos criminosos" de dirigentes

nição de dirigentes, mostrando que o uso do caixa dois foi incorporado à prática, e que ele deixou de ser o partido do governo que não rouba e não deixa roubar, como dizia José Dirceu – afirmou.

Ana Júlia repudia reportagem da revista *Veja*

"Não aceito ficar sob suspeição nem ter a minha imagem vinculada a ações de destruição da Amazônia. Todas as denúncias cairão por terra e poderei provar definitivamente a falsidade delas". A afirmação foi feita ontem pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), ao se defender de acusações publicadas pela revista *Veja*. Ela fez duras críticas à publicação e à forma como a matéria foi apurada.

A revista cita depoimento do sindicalista Mário Rodrigues à CPI da Biopirataria, onde



Roosevelt Pinheiro

CONDENAÇÃO Ana Júlia afirma que sindicalista citado na matéria fez ameaça de morte a funcionário

ele diz que pessoas ligadas à parlamentar teriam arrecadado ilegalmente recursos de madeiras para campanhas eleitorais.

Ana Júlia afirmou que o sindicalista foi condenado na Justiça por ameaça de morte a um funcionário público.

Barcelona afirma que trocou dólares para o PT

Em depoimento às comissões parlamentares de inquérito dos Bingos, do Mensalão e dos Correios, o doleiro Antônio Oliveira Claramunt – o Toninho da Barcelona – admitiu ontem que chegou a trocar dólares por reais para o PT na campanha eleitoral de 2002. Ele informou também – mesmo sem apresentar provas – que internou dólares para o PT na época das eleições e chegou a comprar a moeda norte-americana de membros do partido, num total aproximado de R\$ 7 milhões.

No início do depoimento, no entanto, Barcelona havia negado ter prestado qualquer tipo de serviço direto aos dirigentes do PT, políticos ou agremiações partidárias, e afirmou que jamais havia operado com dinheiro público.



EVASÃO Efraim Morais (C) e Garibaldi Alves acompanham depoimento do doleiro Toninho da Barcelona (E) na CPI dos Bingos

Toninho da Barcelona chegou a revelar que em 2002 entregava a uma pessoa de nome Marcos, no gabinete do então vereador paulista Devanir Ribeiro, do PT, cerca de US\$ 30 mil por dia.

O doleiro disse que a sua empresa chegou a transferir para o exterior recursos oriundos da Prefeitura de Santo André (SP) e que seriam de empresas de ônibus: chegava em pequenas cédulas – R\$ 5 e R\$ 10.

Ideli lê documento que desmente doleiro

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) leu em Plenário trechos de uma escritura de declaração – registrada em cartório na cidade de São Paulo – na qual Marcelo Viana, que trabalhou por 15 anos com o doleiro Toninho da Barcelona, relata encontro com o irmão de Toninho, Salvador Claramunt, com o advogado do doleiro, Ricardo Sayeg, e com o jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*. O documento foi entregue ontem

pelo deputado federal Devanir Ribeiro (PT-SP) à CPI dos Bingos durante o depoimento de Toninho.

No documento, Marcelo afirma que Sayeg o pressionou para confirmar algumas acusações feitas pelo doleiro ao PT. Sayeg e Policarpo teriam acabado de entrevistar Toninho em um presídio. Marcelo é co-réu junto com Toninho em um processo criminal ao qual responde em liberdade. No

documento, Marcelo diz ainda que Sayeg prometeu conseguir a redução de sua pena caso colaborasse com o jornalista.

Marcelo relata que Sayeg insistiu que ele confirmasse as acusações e até mentisse sobre algumas delas.

– Esta é a forma de operação, ou seja, se constroem ilações e depois se sai a campo tentando construir, comprar, arregimentar quem possa comprovar as ilações feitas – ressaltou Ideli.

Renan: Câmara deve votar reformas

O candidato ideal para substituir o deputado Severino Cavalcanti na Presidência da Câmara seria aquele que se comprometesse com a realização da reforma política até o dia 30 de setembro (prazo constitucional de um ano antes das eleições) e da reforma tributária até o fim do ano. Essa afirmação foi feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao discursar no fórum de abertura da 13ª Feira Internacional da Indústria Sucoalcooleira, realizado em Sertãozinho, São Paulo.



COMPROMISSO Renan manifesta em Sertãozinho expectativa de que mudanças nas regras eleitorais sejam implementadas em 2006

– Essas reformas já foram aprovadas no Senado Federal. A reforma política, há mais de três anos. Agora, nós votamos

uma reforma de emergência que trata dos custos absurdos das campanhas eleitorais – disse Renan.


Como acontece a clonagem

Telefone celular clonado é aquele que foi reprogramado para operar com o código do aparelho e do assinante habilitado. Assim, as ligações feitas do telefone clonado são debitadas na conta do assinante.

Segundo informações da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a clonagem acontece com mais frequência quando o aparelho está fora da área de mobilidade de origem, onde passa a operar "em roaming", em modo analógico. Os fraudadores, por meio de monitoração ilegal, conseguem o código do celular habilitado, que passa, então, a ter dois códigos.

Para a prestadora de serviço celular, é impossível saber qual é o telefone clonado e o devidamente habilitado. Por isso, quando descobre a fraude, desabilita o celular do assinante. Mas há vários indícios para que o usuário perceba que seu aparelho foi clonado. Os mais comuns são: dificuldades para completar chamadas originadas, quedas frequentes na ligação, dificuldades para acessar a caixa de mensagem, chamadas recebidas de números desconhecidos e débitos de prestação de serviços muito acima da média.

Quando o usuário perceber que seu celular possa ter sido clonado, é preciso entrar em contato imediatamente com a operadora e solicitar o bloqueio da linha. Se a ocorrência for denunciada por telefone, o usuário precisa anotar o nome completo do atendente, a data, a hora e o número do boletim gerado. Na reclamação direta, é necessário obter a cópia impressa da denúncia.



Anatel anuncia medidas para combater clonagem

■ Presidente da agência diz no Senado que prestadoras deverão implantar sistema de prevenção de fraudes

A partir de janeiro de 2006, o regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) será alterado para ampliar as ações de combate à clonagem de celulares e melhorar o atendimento ao usuário. A informação foi dada ontem pelo presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Chaves Gurgel do Amaral. Em audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), ele fez uma exposição so-

bre o aumento dos índices de clonagem de telefones móveis: 100 mil por mês.

Uma das alterações na Resolução 316/02 será a inclusão de um parágrafo único no artigo 69, para determinar que a prestadora deve participar, juntamente com as demais operadoras de serviços de comunicações de interesse coletivo, de um sistema de prevenção de fraudes, partilhando os custos e benefícios advindos dessa prevenção.

– Temos realizado reuniões com a Polícia Federal e feito propostas sobre a melhor forma de agir e informar os usuários a respeito da clonagem, mas a tecnologia não está tão avançada assim – afirmou.

Entre as ações para combater o crime, Elifas destacou o monitoramento das reclamações feitas à central de atendimento da Anatel, além da solicitação de informações mensais das prestadoras sobre as fraudes.

Alterações

O presidente da Anatel destacou a possibilidade da manutenção do mesmo número de telefone na substituição de tecnologia ou de plano de serviço, como do pós-pago para o pré-pago e vice-versa. Os créditos adquiridos para o serviço pré-pago também passarão a ter validade maior, dos atuais 90 dias para 180 dias, e o usuário poderá ser reembolsado pelos créditos não utilizados no caso de rescisão do contrato.

No telefone fixo, os minutos serão detalhados

As contas de telefone fixo, em janeiro de 2006, passarão a exibir o detalhamento dos minutos consumidos mensalmente, sistema que irá substituir o atual registro do consumo por pulsos. A medida foi anunciada pelo presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Elifas Chaves Gurgel do Amaral, durante audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Para o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), autor do requerimento de audiência pública, essa é uma importante conquista para o consumidor.

– Atualmente, não há nenhuma transparência nas contas de telefone – comentou.

Segundo Elifas do Amaral, também a partir de janeiro de 2006, o usuário será comunicado previamente da inclusão

de seu nome em cadastros de inadimplentes; terá direito a reparação por danos decorrentes de descargas elétricas via rede; e poderá parcelar a fatura enviada fora do prazo. Os valores cobrados indevidamente serão ressarcidos em dobro e, em caso de contestação de débito, o assinante terá direito de pedir à prestadora que justifique as razões pelas quais a contestação foi rejeitada.

Osmar compara declínio agrícola com lucro bancário

Ao analisar o cenário econômico brasileiro, o senador Osmar Dias (PDT-PR) lamentou que, enquanto o lucro do setor bancário no Brasil cresceu 34,09% no primeiro semestre de 2005, o setor agrícola declinou 42% em seu faturamento no mesmo período. Ele lembrou declaração do então candidato a presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a qual um país onde a especulação vale mais que o trabalho não pode ser considerado em desenvolvimento.

Osmar Dias também comentou resultado de pesquisa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) informando que apenas 36% dos jovens brasileiros entre 16 e 24 anos estão formalmente empregados.

– Todas as autoridades brasileiras discursam que, apesar da crise política, o Brasil continua crescendo. Continua sim, no setor dos bancos. Enquanto isso, estão em declínio os médios e microempresários,



Fotos: Rosevelt Finheiro

CRÍTICA Osmar comenta pesquisa do Sebrae, segundo a qual apenas 36% dos jovens estão empregados

os jovens, os trabalhadores e agricultores. Os bancos são o único segmento que não reclama dessa política econômica atravessada que destrói o setor produtivo – afirmou o senador pelo Paraná.

Em aparte, o senador Gilberto Goellner (PFL-MT) defendeu a queda dos juros a fim de evitar “maior desastre” na produção agrícola de 2006. Por sua vez, o senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou a burocracia do governo federal, para ele impeditiva ao crescimento do país.

Agripino quer explicação sobre redução do FPM

O senador José Agripino (PFL-RN) quer obter informações do Ministério da Fazenda sobre a arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos meses de agosto e setembro. Ontem, o líder pefelista disse ter encaminhado requerimento nesse sentido à Mesa do Senado, sua iniciativa foi motivada pela redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), cuja receita é formada pela arrecadação desses dois impostos.

– Recebi ligações do meu estado informando que os repasses do fundo caíram 80%. No Nordeste, o FPM é o principal elemento orçamentário



INCOERÊNCIA Agripino diz estranhar notícia no momento em que se divulgam recordes de arrecadação

para fazer face às despesas correntes, como pagamento de pessoal – advertiu.

Agripino disse estranhar a notícia de redução da receita do fundo justamente quando se divulgam recordes na arrecadação do IR e apenas uma pequena queda na produção industrial, que seria insuficiente, entretanto, para baixar drasticamente a arrecadação do IPI.



Suassuna defende ampliação do comércio com Taiwan

Ao defender a ampliação das relações comerciais entre Brasil e Taiwan, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou o quanto teria sido importante a visita da delegação chefiada pelo ministro da Ciência e Tecnologia taiwanês. A visita foi cancelada porque o visto do ministro foi negado.

Suassuna, que preside o Grupo Parlamentar Brasil-Taiwan, disse que o ministro viria acompanhado de empresários interessados em investir em telecomunicações e em tecnologia de ponta no Brasil. Segundo o senador, fariam parte da delegação diretores do parque cientí-

fico-industrial Hsinchu, que concentra os segmentos de eletrônica e tecnologia de informação.

O parlamentar informou que as exportações brasileiras para Taiwan somaram US\$ 832 milhões em 2004, enquanto as importações atingiram US\$ 981 milhões, resultando em

um déficit de US\$ 149 milhões. Ele ressaltou que o comércio brasileiro com Taiwan tem sido deficitário há seis anos. Mas o maior problema, assinalou, estaria no fato de o Brasil responder por apenas 0,5% do comércio exterior de Taiwan, “o que está infinitamente aquém das possibilidades”.

Geraldo Magela



CARÊNCIA Na CMO, Paulo Bernardo (à esquerda, ao lado de Mestrinho) diz que não há verbas para o Fundeb nem para ressarcimento aos estados exportadores

Ministro pede que Congresso tape "buracos" no Orçamento

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, encarregou o Congresso de "encontrar" dinheiro para tapar "buracos" no projeto do Orçamento para 2006, encaminhado recentemente pelo Executivo. A proposta do governo não tem verbas para ressarcimento aos estados, em decorrência da isenção de impostos nas exportações (Lei Kandir).

Também não há verbas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), ainda em exame na Câmara. O Fundeb deverá exigir em 2006 pelo menos R\$ 1,9 bilhão, como admitiu o ministro. Assim, só essas duas

rubricas somam um "buraco" de R\$ 5,7 bilhões.

Paulo Bernardo foi questionado durante quatro horas na Comissão Mista de Orçamento (CMO), em reunião presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM). Ele compareceu ao Congresso horas antes do anúncio pelo Planalto dos vetos que o presidente da República faria na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O ministro disse que o governo enviará hoje ao Congresso um ato que retifica o projeto orçamentário, para manter a alíquota máxima de 27,5% do Imposto de Renda Pessoa Física. A primeira versão prevê que a alíquota cairia para 25% em 1º de janeiro próximo.

Fraude e pagamento indevido, os maiores problemas do INSS

Fraudes e pagamentos indevidos de benefícios são os principais problemas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A afirmação foi feita pelo diretor-presidente da instituição, Valdir Moysés Simão, durante audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Ele revelou que há um "casamento" entre o desemprego e a seguridade social que faz o auxílio-doença representar hoje 60% dos benefícios concedidos.

– As pessoas perdem o emprego e querem complementar a renda familiar com o auxílio-doença – observou.

O senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que requereu a audiência, sugeriu que o INSS informe os segurados sobre os benefícios a que têm direito, como já acontece com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Pediu também uma fiscalização das agências do INSS para saber como o atendimento está sendo feito.

O presidente do INSS salientou que ações para melhorar a relação entre a instituição e os segurados já estão sendo colocadas em prática e que um dos objetivos é reduzir a vulnerabilidade do órgão às fraudes e os pagamentos indevidos.

Simão esclareceu que, para oferecer um atendimento de qualidade, será priorizada a atuação nas áreas de desenvolvimento organizacional, tecnológico e de recursos humanos, além da de comunicação social.

O senador Paulo Paim (PT-RS) questionou sobre a revisão dos benefícios, especialmente a aposentadoria, de forma a garantir o poder aquisitivo do segurado. "Se todos os recursos da Previdência não fossem desviados, não haveria problemas, mas R\$ 250 bilhões da seguridade foram destinados a outras finalidades e os governos, todos eles, utilizam os indicadores que mais lhes interessam para corrigir os benefícios", disse.

Servidor de escola pode ser profissional de educação

■ Proposta beneficia mais de 1 milhão de pessoas que atuam em secretarias, cantinas e bibliotecas escolares

Mais de 1 milhão de pessoas que atuam nas secretarias, cantinas e bibliotecas das escolas brasileiras passarão a ser consideradas profissionais da educação. É o que determina projeto da senadora Fátima Cleide (PT-RO) aprovado em decisão terminativa na Comissão de Educação (CE).

A proposta (PLS 507/03), acolhida com emendas da relatora, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), acrescenta dispositivo à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), para definir



AVANÇO Muitos estados já incluem servidores nos planos de carreira dos educadores, afirma Fátima

quem pode ser considerado profissional de educação.

Na justificativa do projeto, Fátima observa que muitos estados já incluem os trabalhadores não-docentes, mes-

mo sem formação específica, nos planos de carreira dos educadores. Afirma ainda que diversos sindicatos, inclusive o de trabalhadores em educação de Rondônia, acolheram os não-docentes em sua base de representação.

Filosofia

Também em decisão terminativa, a CE aprovou ontem projeto (PLS 4/05) de Alvaro Dias (PSDB-PR) que inclui de forma explícita o estudo da Filosofia e da Sociologia nos currículos do ensino médio.

A LDB já estabelece que os conteúdos do ensino médio serão organizados de forma que o educando demonstre, ao final do curso, domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.



DECISÃO Presidida por Gerson Camata (E), CE rejeitou projeto sobre cobrança de anuidade em universidades públicas

Financiamento da educação pública em debate

O financiamento do ensino público no Brasil será tema de audiência pública que a Comissão de Educação promoverá em data a ser definida. Requerimento nesse sentido, de autoria do senador Cristovam Buarque (sem partido-DF), foi aprovado ontem.

Cristovam decidiu apresentar o requerimento durante a discussão, no colegiado,

do Projeto de Lei 177/05, de Marcelo Crivella (PL-RJ), que estabelecia o pagamento de anuidades a universidades públicas por estudantes cuja renda familiar fosse superior a 30 salários mínimos. O projeto foi rejeitado, a partir de voto contrário do relator, Leonel Pavan (PSDB-SC), que o considerou inconstitucional.

Dois outros requerimentos

receberam aprovação da CE. Um, de Roberto Saturnino (PT-RJ), sugere debate sobre o PLC 40/05, que proíbe a cobrança de contribuições e taxas em instituições públicas de ensino. O outro, de José Jorge (PFL-PE), propõe discussão sobre o PLS 279/03, de Delcídio Amaral (PT-MS), que prevê o cadastramento obrigatório dos titulares de contas de correio eletrônico.

Programa Primeiro Emprego recebe críticas de Alvaro

Ao criticar, em discurso no Plenário, os gastos federais do programa Primeiro Emprego, Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou de desastrosa a gestão desse projeto do Poder Executivo.

O senador citou como exemplo o subprograma Estímulo



AVALIAÇÃO Alvaro Dias considera desastrosa a gestão do projeto destinado a apoiar os jovens

Financeiro ao Empregador para a Geração do Primeiro Emprego, no qual o Ministério do Trabalho e Emprego

usou, até setembro deste ano, R\$ 248 mil, de um total de R\$ 62,8 milhões previstos no Orçamento.

Para Alvaro, o governo Lula consegue ser eficiente, em matéria de execução orçamentária, apenas no que se refere a gastos com publicidade.

– Com relação à publicidade, aí sim o governo mostra a sua eficiência. De um total de R\$ 1 bilhão autorizado, foram empenhados e pagos R\$ 592 milhões em 2004.

Jane Araújo



DEBATE Sob a presidência de Quintanilha (terceiro à direita), audiência conjunta da CMA, CAE e CCJ reúne especialistas

Falta consenso para votar gestão de floresta pública

Relatores divergem quanto à deliberação imediata sobre projeto ou à ampliação do debate

A segunda audiência conjunta para debater o projeto que regulamenta a exploração de florestas públicas, realizada ontem, mostrou a falta de consenso em torno da matéria (PLC 62/05). Enquanto a relatora na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Ana

Júlia Carepa (PT-PA), defendeu a deliberação imediata da proposta, o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), pediu mais tempo para aprofundar a discussão.

Além da CMA e CCJ, a audiência foi realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde a matéria é relatada por Jefferson Péres (PDT-AM), que anunciou voto favorável ao projeto.

O debate contou com a participação do presidente do Ibama, Marcus Barros; do diretor do Greenpeace, Sérgio Leitão;

do representante do Instituto de Florestas de Minas Gerais, João Paulo Sarmiento; do engenheiro florestal Ederson Zanetti; do representante dos servidores do Ibama, Divino Teixeira; e do secretário de Florestas do Ministério do Meio Ambiente, João Paulo Capobianco.

Enquanto Barros, Leitão e Sarmiento apoiaram o texto, Teixeira e Zanetti apontaram falhas na proposta. Já os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e Augusto Botelho (PDT-RR) defenderam mais debate sobre a proposição.

Exame da proposta nas comissões fica para hoje

A decisão na CMA sobre o projeto que regulamenta a gestão de florestas públicas foi adiada para hoje, motivada por pedido de vista do senador Mozarildo Cavalcanti ao relatório de Ana Júlia. Também a CAE transferiu para hoje o exame do relatório de Jefferson Péres.

O projeto precisaria ser votado pelas comissões antes do dia 22 (amanhã), para que a proposição vá ao Plenário com o parecer dos colegiados. A proposta prevê a gestão de florestas públicas para a produção sustentável e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que será subordinado ao Ministério do Meio Ambiente. A matéria é de autoria da Presidência da República, que solicitou a tramitação em regime de urgência.

Depois de quase quatro horas de discussão, mantiveram-se inalteradas as posições já manifestadas sobre a matéria, que, entre outras medidas, prevê a concessão de áreas florestais para o setor privado por até 40 anos. Para Mozarildo, a proposta atenta contra a soberania nacional, pois abriria brecha para a exploração dos recursos da Amazônia por empresas nacionais que poderiam atuar como testas-de-ferro de estrangeiros.

Para Ana Júlia, no entanto, a matéria já foi suficientemente debatida. A senadora sustenta que o projeto vem preencher uma lacuna na legislação brasileira, já que não há previsão para a exploração de florestas públicas. Em seu parecer, ela propõe que o Senado acolha o texto já aprovado pela Câmara dos Deputados.



IMPORTÂNCIA Segundo Mozarildo, os senadores precisam de mais tempo para aperfeiçoar o projeto

Mozarildo pede mais prazo para a discussão

Mozarildo Cavalcanti pediu ao presidente da República que seja retirada a urgência do projeto que trata do uso de florestas públicas. Como relator na CCJ, o senador disse que não pode concordar que a proposta, “de alta importância para a Amazônia, tenha apenas 45 dias para tramitar no Senado, não dando aos senadores a chance de aperfeiçoá-la, como ocorreu na Câmara”.

Seminário avalia promoção da igualdade racial no Brasil

O seminário internacional “Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais” foi aberto ontem no Auditório Petrônio Portella, com a participação da ministra da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro.

O evento tem como principal objetivo avaliar os quatro anos da proposta do governo brasileiro para a promoção da igualdade racial, apresentada em setembro de 2001 na III Conferência Mundial contra o Racismo, realizada pelas Nações Unidas em Durban, na África do Sul. Matilde Ribeiro disse que quatro anos é muito pouco se comparado ao tempo em que a postura racista imperou no país, mas destacou que

o Estado brasileiro está formulando os instrumentos legais para reparar essas injustiças.

– Estamos trabalhando na implementação da Lei 10.639, que obriga o ensino da história afro-brasileira nas escolas de níveis médio e fundamental, e na tentativa de ver aprovado o projeto que prevê reservas de vagas nas universidades para alunos oriundos das escolas públicas, garantindo vagas para negros e indígenas – declarou.

O seminário, que termina amanhã, é uma promoção do Ministério da Educação, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara.

Raupp defende construção de gasoduto

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo às autoridades federais para que não seja postergado o início das obras do gasoduto Urucu-Porto Velho, que considera fundamental para a sustentabilidade econômica do estado de Rondônia e da região Norte. Ele informou que, após dois anos e meio, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) expediu a licença ambiental, no último dia 6.

– Essa obra é importante para Rondônia e para o Acre, que recebe energia da termelétrica de Porto Velho, a qual gera 360 megawatts com a queima de 1,5 milhão de litros de óleo diesel por dia – enfatizou.

O apelo foi feito ontem, em pronunciamento em Plenário.

O senador ressaltou os benefícios proporcionados pelo gasoduto, como os empregos gerados pela obra e o aumento substancial da oferta energética em Rondônia, que irá representar um grande desenvolvimento do parque produtivo local. Além disso, enfatizou o fato de o gás natural ser uma fonte limpa de energia, que facilitará a substituição do óleo diesel, altamente poluente.

Raupp teme que, com a edição de decreto presidencial, em fevereiro, criando uma área



URGÊNCIA Raupp apela para que não haja atraso no início das obras do gasoduto Urucu-Porto Velho

de floresta nacional na rota do gasoduto, surja um novo empecilho, com a necessidade de novo estudo de impacto ambiental. O senador comentou que a licença ambiental do Ibama prevê a “coexistência pacífica” entre o gasoduto e a área de floresta.

Para o parlamentar, o desenvolvimento econômico da Amazônia só será alcançado com respeito ambiental, desde que tal posição não seja levada ao exagero. Os cuidados com o meio ambiente, observou, não impedem o manejo sustentável e equilibrado dos recursos naturais.

Valdir Raupp observou que a Petrobras, sócia majoritária da TMG Participações Ltda., empresa responsável pela obra, ostenta uma reputação de respeito ambiental, tendo recebido prêmios que comprovam sua eficiência técnica no trato das questões ecológicas. Ainda em seu discurso, o senador enviou condolências à senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), pelo falecimento de sua mãe.